

OS NÚMEROS DA COR

2

Boletim Estatístico sobre a Situação Sócio-Econômica dos Grupos de Cor no Brasil e em suas Regiões.

Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA.

Centro de Estudos Afro-Asiáticos

OS NÚMEROS DA COR , no. 2

Publicação quadrimestral.

Setembro de 1995.

Diretor:

Cândido Mendes

Vice-diretor:

Carlos Hasenbalg

Equipe de Pesquisa:

Carlos Hasenbalg

Márcia Lima

Nelson do Valle Silva

Renata de Melo Rosa

Vantoan Ferreira Gomes

Apoio:

Andrew W. Mellon Foundation

Educação

O intenso processo de urbanização e industrialização ocorrido nas últimas quatro décadas mudou de maneira significativa a estrutura social do Brasil. Apesar dessas transformações, um crescente número de trabalhos na área de ciências sociais vem indicando que a população preta e parda está exposta a maiores desvantagens nas dimensões demográficas - apontadas no boletim anterior - e sócio-econômicas. As evidências apontam que apesar dos níveis crescentes de industrialização e modernização da estrutura social, não foi eliminada a cor como critério de seleção social. Neste boletim, pretendemos mostrar como essas desvantagens associadas à cor ocorrem na esfera educacional a partir dos dados sobre taxas de analfabetismo, taxas de escolarização, anos de estudo e por último a relação entre estudo e trabalho. Os dados são das tabulações especiais das PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar) de 1976 e 1990 e da Síntese de Indicadores/ Cor da População para o ano de 1990 publicado pela FIBGE. Vale ressaltar que as informações do ano de 1990 são as últimas disponíveis, não estando acessíveis ainda os dados do Censo Demográfico de 1991.

No Brasil, até os anos 50, a cobertura dada pelo sistema escolar era bastante limitada. A partir desta década houve uma expansão educacional que procurou absorver as demandas da população possibilitando, principalmente, uma diminuição das taxas de analfabetismo. Mas, apesar dessa expansão, o sistema de ensino brasileiro ainda apresenta sérios problemas ligados à sua qualidade. O acesso à escola já não é o maior problema (exceto no Nordeste) e sim, a progressão dentro do ciclo escolar básico (1a. a 8a. série) marcada pela repetência. Os alunos passam muitos anos dentro da escola e acabam cursando poucas séries. Essas deficiências têm refletido fortemente na qualificação da mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho configurando uma trajetória ineficaz de realização sócio-econômica.

Analfabetismo

Analisando as taxas de analfabetismo para o ano de 1976 e 1990 (tabela 1), podemos observar que de fato essas taxas têm sido decrescentes. Em 1976, 21,5% dos homens e 24,3% das mulheres eram analfabetos; em 1990, esses percentuais diminuiram

para 17,8% e 17,7%, respectivamente. Podemos notar também que as mulheres estão sendo as mais beneficiadas no processo de diminuição de analfabetismo: em 1976, elas apresentavam um índice superior ao dos homens e em 1990 elas já os superavam.

Tabela 1. Taxas de analfabetismo das pessoas de 10 anos e mais por sexo e cor. BRASIL, 1976 e 1990.

	HOMENS				MULHERES			
	Total	Bran- cos	Preto s	Pardo s	Total	Bran- cas	Preta s	Parda s
1976	21.5	14.1	39.8	30.2	24.3	16.9	45.2	32.8
1990	17.8	10.3	28.1	27.5	17.7	11.6	28.8	25.5

Fonte: Tabulações Especiais, PNADs 1976 e 1990.

Mas, apesar do significativo decréscimo dos índices de analfabetismo para a população preta e parda, são significativas também as suas diferenças em relação à população branca, tanto em 1976 quanto em 1990. Neste último ano, as taxas de analfabetismo para os brancos ficavam em torno de 10 e 11% enquanto que para a população preta e parda esses índices eram quase o triplo em relação àquele grupo, oscilando entre 25% e 28%.

Desagregando as informações de 1990 por idade (tabela 2), podemos observar mais nitidamente o efeito da expansão educacional na diminuição do analfabetismo brasileiro. As pessoas que em 1990 se encontravam nas faixas etárias acima dos 45 anos são as que possuem os maiores índices de analfabetismo, o que indica que as pessoas mais novas estão encontrando menos dificuldade para se alfabetizarem. Vale ressaltar que na faixa de 10-14 anos os altos índices de analfabetismo estão possivelmente relacionados com o ingresso tardio de pretos e pardos no sistema escolar, principalmente entre os homens. Notas-se que 24,8% dos homens pretos e 27,6% dos homens pardos, nesta faixa etária, ainda são analfabetos.

Comparando homens e mulheres, constatamos a tese de maior aproveitamento escolar feminino. Em geral, até a faixa dos 30-34 anos as mulheres apresentam índices de analfabetismo inferiores aos dos homens, enquanto que nas faixas posteriores elas

apresentam índices maiores. Ou seja, as mulheres mais novas têm maior acesso à escola do que os homens.

2. Taxas de analfabetismo das pessoas de 10 anos e mais por sexo, cor e idade. BRASIL, 1990.

	HOMENS				MULHERES			
	Total	Branco	Preto	Pardo	Total	Branca	Preta	Parda
10-14	17.5	7.6	24.8	27.6	11.3	5.7	14.4	17.3
15-19	12.4	6.1	18.2	18.9	6.4	3.6	9.9	9.6
20-24	11.4	5.6	18.6	17.9	8.2	4.5	13.1	13.2
25-29	11.7	5.5	18.0	20.2	8.7	4.9	16.3	14.1
30-34	11.8	6.3	24.5	19.4	11.1	6.0	18.7	18.7
35-39	14.5	7.8	23.0	24.0	16.2	9.2	28.6	25.9
40-44	18.3	10.4	27.8	30.5	21.2	12.9	31.1	33.9
45-49	23.2	14.0	35.1	37.2	26.2	16.0	46.2	41.6
50-54	23.1	13.7	35.9	38.5	30.4	20.1	43.7	46.3
55-59	28.3	18.1	43.8	44.3	34.3	23.8	54.5	51.4
60-64	31.9	21.0	45.4	50.3	38.8	27.5	54.8	58.1
65-69	38.2	26.0	61.2	56.7	45.4	32.6	70.6	65.7
70-75	43.2	29.4	63.7	65.2	51.6	41.6	65.1	70.5
75 e mais	50.9	38.5	75.4	69.9	58.4	45.6	83.4	79.5

Fonte: Tabulações Especiais, PNAD do ano.

Mas apesar do bom aproveitamento que os grupos preto e pardo tiveram dessa expansão, ela não foi suficiente para eliminar as diferenças em relação ao grupo branco. Apesar de também apresentarem a mesma tendência de diminuição do analfabetismo, quando comparados aos brancos percebemos que suas taxas ainda são bastante superiores em todos os grupos de idade. Podemos observar que essas diferenças raciais são mais acentuadas quando se trata das faixas etárias maiores. Por exemplo, na faixa de 75 anos e mais, a porcentagem de analfabetismo do grupo pretos e pardos são superiores a 75% enquanto que, para o grupo branco os percentuais não ultrapassa os 50%.

Analisando a situação regional do analfabetismo para os anos de 1976 e 1990, nota-se que para o total do Brasil como para as áreas rurais e urbanas houve de um modo geral significativa diminuição do analfabetismo. Apesar da permanência de fortes diferenças raciais podemos observar que, entre os anos de 1976 e de 1990, os grupos preto e pardo foram os que mais diminuíram seus índices de analfabetismo.

Tabela 3. Taxas de analfabetismo das pessoas de 10 anos e mais, por cor e situação de domicílio. Brasil e regiões, 1976 e 1990.

	Branco		Pretos		Pardos	
	1976	1990	1976	1990	1976	1990
Brasil total	15.5	11.0	42.4	28.5	31.5	26.5
Brasil urbano	15.1	7.9	34.1	20.0	26.0	18.2
Brasil rural	35.5	22.8	64.7	51.2	56.3	45.5
Rio de Janeiro	10.0	6.5	25.5	16.2	14.4	11.4
Nordeste	34.7	28.0	57.4	48.3	44.5	38.2
Nordeste rural	51.4	45.1	69.8	66.8	58.9	53.4

Fonte: Tabulações Especiais, PNADs 1976 e 1990.

Observando as diferenças regionais tendo como base as taxas de analfabetismo para o total do Brasil, pode-se reafirmar que o problema do analfabetismo no Brasil continua sendo um problema específico das áreas rurais e menos desenvolvidas. Nota-se que no Nordeste, em 1990, os pretos e pardos apresentavam taxas de analfabetismo de 48,3% e 38,2%, respectivamente e os brancos de 28,0%. Enquanto que no Rio de Janeiro esses percentuais eram 16,2%, 11,4% e 6,5%, respectivamente.

Os investimentos na educação tem sido uma tentativa de diminuir os altos índices de analfabetismo das áreas mais pobres do país. De fato, esse fenômeno vem ocorrendo em todas as regiões, mas ainda não foram superadas as diferenças entre elas.

O Nordeste se apresenta com a região mais problemática do país com as maiores taxas de analfabetismo e, além disso, com o menor decréscimo entre os anos de 1976 e 1990. Sua área rural se reafirma como a menos desenvolvida do país em relação ao acesso à educação formal. A diferença entre as regiões que a caracteriza como a mais pobre juntamente com a disparidade rural/urbano faz com que seus índices de analfabetismo sejam os maiores. As áreas mais desenvolvidas do Brasil, como o Rio de Janeiro, estão em situação oposta, com as menores taxas de analfabetismo.

As informações para os anos de 1976 e 1990 apresentados na tabela acima demonstram que os pretos e pardos, nesses quatorze anos, diminuíram os seus índices de analfabetismo mais do que os brancos. Por exemplo, para o Brasil total os brancos que em 1976 apresentavam taxas de analfabetismo de 15,5%, em 1990, esse percentual era de 11,0%. Os grupos pretos e pardos que tinham em 1976 42,5% e 31,5%, respectivamente, diminuíram em 1990 para 28,5% e 26,5%. Esta tendência é apresentada, de maneira geral, para todas as regiões, porém, podemos observar que os brancos continuam sendo o grupo mais privilegiado.

Ao levar em conta as diferenças entre os grupos raciais em relação às taxas de analfabetismo observa-se que, em todas as regiões do país, as diferenças entre brancos e negros são muito significativas mesmo nas áreas mais desenvolvidas como o Brasil urbano. Para o ano de 1990 a taxa de analfabetismo dos pretos e pardos são muito mais altas do que as do branco: 34,1%, 26,0% e 15,1% respectivamente. No Nordeste rural onde a situação geral já é crítica, ao desagregar por cor, nota-se que o percentual de analfabetismo dos pretos chega a 66,8% e dos pardos, 53,4%.

A tabela seguinte traz as taxas de escolarização (proporção de crianças de uma determinada faixa etária que estão na escola em relação ao total de crianças dessa mesma faixa etária) das crianças de 7-14 anos por sexo e cor para os anos de 1976 e 1990. A princípio observa-se que entre esses anos essa taxa cresceu significativamente levando a um total de 84,5% de crianças no sistema escolar em 1990. Os pretos e pardos, apesar de continuarem com as menores taxas de escolarização (79,6%) em relação aos brancos (89,5%), apresentam no período um crescimento maior do que os brancos.

Tabela 4. Taxas de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, segundo a cor. BRASIL, 1976 e 1990.

	1976	1990
7 a 14 anos		
Total.....	68.9	84.5
Branca.....	75.4	89.5
Preta e Parda.....	60.3	79.6

Fonte: Tabulações Especiais PNAD-1976 e Síntese de Indicadores Cor da População, PNAD-1990.

Mas essas altas taxas de escolarização das crianças brasileiras não se refletem na escolaridade. Ou seja, o fato delas estarem inseridas no sistema escolar, não significa que elas tenham uma trajetória progressiva de aprendizagem.

Os gráficos a seguir apresentam os anos de escolaridade de homens e mulheres de 20-64 anos segundo cor para 1976 e 1990. Nota-se, em primeiro lugar, que entre esses anos houve um decréscimo, para todos os grupos de sexo e cor, da proporção de pessoas na faixa de menor escolaridade e um aumento nas faixas mais altas. Embora os níveis de escolaridade do grupo branco sejam muito superiores aos dos grupos preto e pardo, os aumentos percentuais destes dois últimos grupos nesse período são bastante significativos.

Observando os dados para 1990, constata-se em primeiro lugar que no Brasil 35,7% dos homens e 37,6% das mulheres ainda apresentem uma escolaridade que não ultrapassa os 3 anos. Esses baixos índices de escolaridade são ainda mais alarmantes para o segmento preto e pardo da população brasileira: no caso masculino 48,5% dos pretos e 48,2% dos pardos têm escolaridade máxima de 3 anos e no caso feminino, esse percentuais são, respectivamente 51,1% e 48,1%.

Quanto às faixas educacionais mais elevadas, podemos observar que tanto no caso dos homens quanto no caso das mulheres, as diferenças entre os grupos de cor demonstram como o acesso ao segundo grau e ao ensino superior é mais difícil para os pretos e pardos. A partir da faixa de 8 anos de escolaridade ocorre uma acentuada diminuição dos percentuais destes grupos. Por exemplo, no caso masculino, 16,5% dos homens brancos apresentam uma escolaridade de 12 anos e mais - que significa o ingresso na universidade - enquanto que para os homens pretos e pardos esses percentuais são de 3,0% e 4,5%.

Gráfico 3. Escolaridade das pessoas de 20-64 anos. Mulheres. Brasil, 1976.

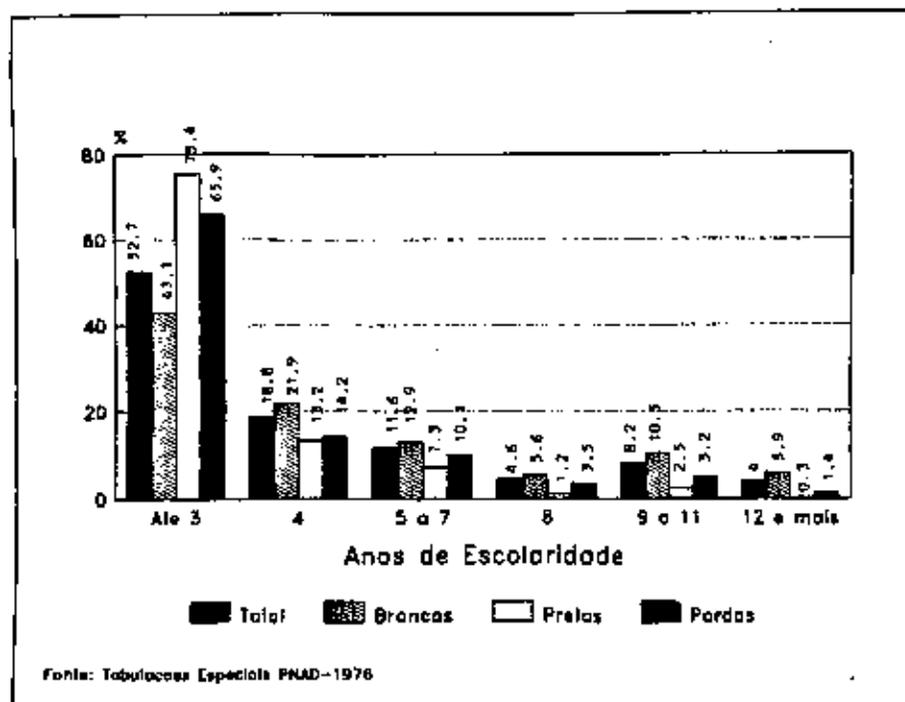
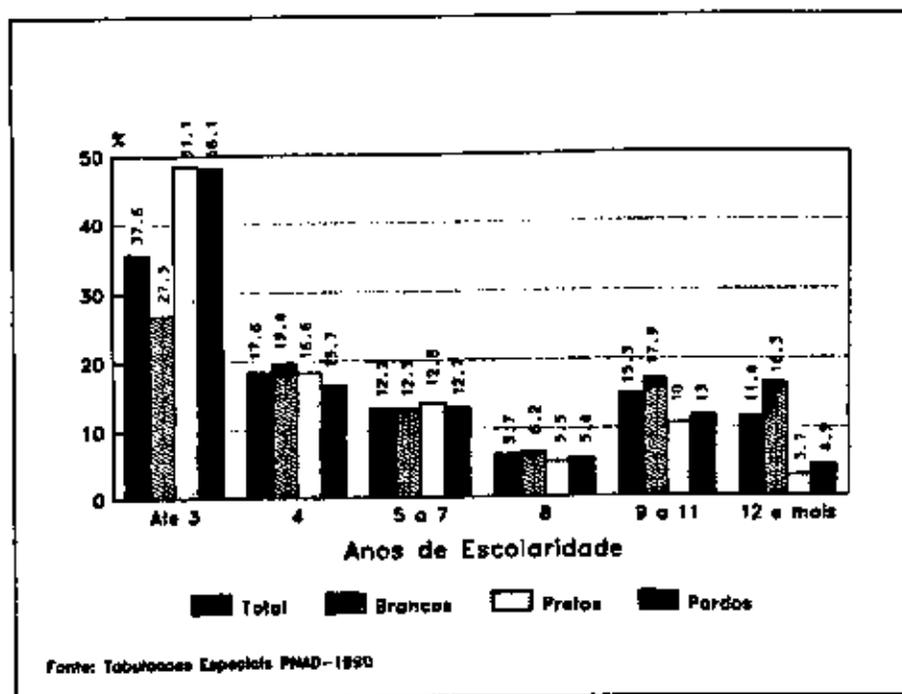


Gráfico 4. Escolaridade das pessoas de 20-64 anos. Mulheres. Brasil, 1990



7

respectivamente. No caso feminino, 16,3% das brancas, 3,7% das pretas e 4,9% das pardas atingem a escolaridade máxima.

O processo de expansão educacional que vem ocorrendo no Brasil nas últimas décadas tem sido ineficaz tanto em relação ao progresso das pessoas dentro do sistema de ensino quanto na eliminação dos critérios raciais que vem dificultando o progresso de um grupo mais específico, no caso pretos e pardos. Essa expansão vem diminuindo as taxas de analfabetismo e aumentando as taxas de escolarização facilitando o acesso à educação formal. Mesmo assim, não tem ocorrido a eliminação das diferenças entre os grupos de cor.

Resta-nos agora avaliar como que esse quadro educacional é afetado pela necessidade de uma inserção precoce no mercado de trabalho. As tabelas que seguem se dedicam à análise da relação estudo/trabalho para crianças de 10-14 anos e jovens de 15-19 anos por sexo e cor para o Brasil total e segundo suas situações domiciliares. ¹

Em relação a essa primeira faixa etária (10-14 anos), o primeiro ponto a ser destacado é que o quadro ideal seria que todas as crianças se encontrassem nos bancos escolares, ou seja, na faixa "só estuda". Infelizmente o que observamos é uma situação bastante diferente desta.

Para o Brasil total, podemos observar que o grupo branco, principalmente feminino é o que mais se aproxima da situação ideal com 84,5% deste grupo só estudando. Em contrapartida, o grupo masculino preto apresenta o menor percentual nesta categoria (só estuda) com apenas 69,2% o que se relaciona com o problema do trabalho infantil.

Além dos que só estudam temos os que estudam e trabalham. Nesta categoria, as crianças brancas do sexo feminino são as que apresentam os percentuais mais baixos - 5,7%. As dificuldades econômicas das famílias pretas e pardas fazem com que o trabalho infantil seja indispensável para a complementação da renda familiar. Essa situação é extremamente preocupante pelo fato de que a necessidade dessas famílias mais pobres de introduzirem seus filhos ainda crianças no mercado de trabalho irá não só prejudicar seus

¹As informações para o grupo feminino estão fortemente comprometidas pela subestimação das tarefas domésticas, principalmente na área rural, o que eleva o percentual de mulheres incluídas na faixa "não estuda nem trabalha". Portanto, só analisaremos as informações desta faixa para o grupo masculino.

desempenhos escolares como também criar uma nova geração de mão-de-obra desqualificada.

5. Estudo e Trabalho para pessoas de 10-14 anos, segundo sexo e cor e situação domiciliar.
Brasil, 1990.

BRASIL TOTAL						
	Homens Branco	Homens Pretos	Homens Pardos	Mulheres Branco	Mulheres Pretas	Mulheres Pardas
Estuda e trabalha	14.0	20.8	21.4	5.7	9.2	8.5
Só estuda	76.2	69.2	68.6	84.5	76.9	81.7
Não estuda e trabalha	5.8	5.9	6.0	3.3	4.0	2.9
Não estuda e não trabalha	2.6	4.2	4.0	6.5	10.1	6.9
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
BRASIL METROPOLITANO						
	Homens Branco	Homens Pretos	Homens Pardos	Mulheres Branco	Mulheres Pretas	Mulheres Pardas
Estuda e trabalha	5.5	8.0	6.9	2.4	3.6	3.7
Só estuda	89.4	80.6	85.9	92.9	87.6	89.7
Não estuda e trabalha	2.3	6.3	2.5	0.8	1.6	1.1
Não estuda e não trabalha	2.7	5.2	4.8	4.0	7.5	5.5
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
BRASIL URBANO NÃO METROPOLITANO						
	Homens Branco	Homens Pretos	Homens Pardos	Mulheres Branco	Mulheres Pretas	Mulheres Pardas
Estuda e trabalha	11.2	18.7	16.3	6.1	10.1	7.5
Só estuda	82.6	72.5	74.6	86.8	73.8	84.6
Não estuda e trabalha	3.5	3.2	4.6	2.6	5.7	2.5
Não estuda e não trabalha	2.6	5.6	4.5	4.6	10.5	5.4
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
BRASIL RURAL						
	Homens Branco	Homens Pretos	Homens Pardos	Mulheres Branco	Mulheres Pretas	Mulheres Pardas
Estuda e trabalha	28.7	35.6	36.4	9.2	15.9	13.4
Só estuda	55.3	54.5	50.9	70.2	65.5	71.9
Não estuda e trabalha	13.8	8.0	10.0	7.8	5.1	4.8
Não estuda e não trabalha	2.3	1.9	2.9	12.8	13.5	9.8
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

A situação urbana não metropolitana e metropolitana apresenta um quadro um pouco mais favorável do que foi visto para o total do Brasil, principalmente o metropolitano. As crianças brancas do sexo feminino no Brasil metropolitano, atingem o percentual de 92,9% na situação de "só estuda". No Brasil urbano não-metropolitano, a situação de estudo e trabalho é bem mais frequente do que Brasil metropolitano. Quanto a área rural, ela se destaca pelos baixos percentuais de crianças que só estudam, principalmente do sexo masculino, onde os percentuais se encontram entre 50,0% e 55,0%. A necessidade de recrutar mão-de-obra infantil parece ser mais forte no campo do que nas áreas urbanas, agravando às dificuldades das áreas rurais em relação ao investimento em educação.

A tabela 6 apresenta as mesmas informações da anterior só que para a faixa etária de 15-19 anos. O foco da análise estará voltado para aqueles que já se encontram na situação "não estuda nem trabalha" pelo fato de que nesta faixa etária é comum encontrar pessoas que estejam conciliando estudo e trabalho, ou que só estudam. Não estudar nem trabalhar é preocupante por dois motivos: se não estudam, dificilmente retornarão aos bancos escolares e se não trabalham, é sinal de que estão com dificuldades de ingressar no mercado de trabalho. Ou seja, são jovens que estão com uma perspectiva sócio-econômica bastante limitada tanto pela falta de estudo quanto pela falta de trabalho.

Podemos observar que para o total do Brasil, e em relação à faixa etária anterior, ocorre uma queda significativa dos que só estudam. Em contrapartida, aumenta o grupo dos que estudam e trabalham. É uma tendência geral para todos os grupos de sexo e cor. Quanto à situação "não estuda nem trabalha", os homens pretos e pardos são os que apresentam os maiores percentuais, 10,3% e 8,0%.

Para o Brasil metropolitano, comparado com Brasil total, nota-se que ocorre uma polarização aumentando os que "só estudam" e os que "não estudam nem trabalham". Neste último caso, os homens pretos e pardos chegam a 16,7% e 12,4% respectivamente. Esses altos índices de pessoas nesta situação de não estudar nem trabalhar se relaciona a questão do desemprego nas áreas metropolitanas no Brasil. Trata-se de uma fase crítica de

transição do mundo escolar para o mundo do trabalho que deixa as pessoas expostas a uma situação de risco.

Tabela 6. Estudo e Trabalho para pessoas de 15-19 anos, segundo sexo e cor e situação domiciliar. Brasil, 1990.

BRASIL TOTAL						
	Homens Brancos	Homens Pretos	Homens Pardos	Mulheres Brancas	Mulheres Pretas	Mulheres Pardas
Estuda e trabalha	26.5	29.0	31.8	17.1	18.2	17.0
Só estuda	27.4	23.0	23.4	38.8	35.9	39.8
Não estuda e trabalha	39.0	37.7	36.9	21.7	25.9	20.0
Não estuda e não trabalha	7.1	10.3	8.0	21.3	20.0	23.2
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
BRASIL METROPOLITANO						
	Homens Brancos	Homens Pretos	Homens Pardos	Mulheres Brancas	Mulheres Pretas	Mulheres Pardas
Estuda e trabalha	24.4	21.1	23.4	17.4	15.7	14.5
Só estuda	39.8	31.4	32.2	47.5	41.1	44.0
Não estuda e trabalha	26.1	30.9	31.9	17.0	23.0	19.5
Não estuda e não trabalha	9.8	16.7	12.4	18.1	20.2	22.0
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
BRASIL URBANO NÃO METROPOLITANO						
	Homens Brancos	Homens Pretos	Homens Pardos	Mulheres Brancas	Mulheres Pretas	Mulheres Pardas
Estuda e trabalha	27.5	26.3	30.1	19.2	22.7	19.4
Só estuda	28.3	22.2	27.1	41.3	32.5	41.4
Não estuda e trabalha	36.9	43.0	33.2	20.0	28.7	18.1
Não estuda e não trabalha	7.4	8.5	9.7	19.4	16.1	21.2
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
BRASIL RURAL						
	Homens Brancos	Homens Pretos	Homens Pardos	Mulheres Brancas	Mulheres Pretas	Mulheres Pardas
Estuda e trabalha	27.2	42.2	40.5	12.3	14.6	15.9
Só estuda	10.7	13.2	12.0	26.3	33.3	33.5
Não estuda e trabalha	58.6	39.8	45.1	31.6	25.9	23.5
Não estuda e não trabalha	3.5	5.0	2.5	29.8	25.7	27.3
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

A situação no Brasil rural para as pessoas de 15-19 anos aponta para uma tendência: maior proporção de pessoas que só trabalham ou estudam e trabalham. Quem vive no campo, apesar de não ter grandes expectativas sócio-econômicas, têm mais acesso ao trabalho do que nas áreas urbanas. Portanto, pode-se esperar uma proporção menor de pessoas na situação crítica dos que não estudam e não trabalham. Vale ressaltar, também, que os percentuais de pessoas que estudam e trabalham não diminuem tanto e em alguns casos, até aumentam, em relação à faixa etária anterior, o que pode ser explicado, talvez, pelo ingresso tardio no sistema escolar.

As informações apresentadas neste boletim sugerem que é necessário priorizar não só o acesso à escola, mas também investir nas trajetórias escolares, diminuindo as repetências, a fim de que aumente o nível de escolaridade obtida pelas pessoas.

As diferenças raciais em torno da educação são também alarmantes. O acesso ao ensino e os níveis de escolaridade da população brasileira mostra uma linha de cor que impede que pretos e pardos alcancem os percentuais do grupo branco na trajetória escolar o que acaba refletindo diretamente na sua menor realização sócio-econômica.

Além disso, as disparidades regionais constituem um outro fator preocupante. As áreas rurais e o Nordeste continuam sendo as mais problemáticas do país. Nos últimos anos pôde-se notar que os progressos educacionais estão muito direcionados para as regiões mais desenvolvidas, mantendo-se o problema nas regiões onde a situação é mais grave. A população preta e parda que vive nas áreas do nordeste brasileiro, principalmente nordeste rural, estão expostas a uma situação de extrema pauperização.